



# Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 150ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1981

(SEXTA-FEIRA)

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Paulo Camargo e Romero Filho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Egon Pudell, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Werner Wanderer e Wilson Fortes (43) quarenta e três; achando-se ausentes os Senhores Deputados: Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Deni Schwartz, Fidelcino Tolentino, Gilberto Agibert Filho, José Domingos Scarpelini, Lineu Turra, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Waldyr Pugliesi (15), quinze.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor ARMANDO VAN DER LAARS, ocorrido em data de hoje na cidade de Irati.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) JOÃO MANSUR

### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem a preocupação precípua de prestar justa e indiscutível homenagem ao Senhor ARMANDO VAN DER LAARS, político e industrial radicado há longa data na cidade de Irati, onde exerceu o mandato de Vice-Prefeito.

Figura simpática, humana e laboriosa, que sempre soube cumprir com perfeição todas as posições assumidas ao longo de sua vida, deixa indefectível lacuna junto a seus familiares e amigos, bem como a toda comunidade iratiense.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MIGUEL SGUAREZI, ocorrido na cidade de Nova Esperança.

Pioneiro naquele município, ao longo dos anos que lá viveu, soube o Senhor Miguel Sguarezi cultivar amizades e granjear a admiração de toda a população, em face de seu elevado espírito comunitário, pois além da seriedade com que tratava seus interesses econômicos, teve ainda destacada atuação no campo social, colaborando sempre expressivamente para o bem-estar social de toda comunidade.

Seu passamento enlutou Nova Esperança, deixando profunda consternação tanto a seus familiares como ao inumerável grupo de amigos.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) NILSO SGUAREZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor MÁXIMO DEBARBA MARTINI, ocorrido no dia 16.12.1981, no Município de SÃO JOÃO.

O extinto era Vereador pelo Partido Democrático Social e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores daquele município e o seu desaparecimento é profundamente lamentado por seus familiares, amigos e companheiros, bem como pela população de São João e do Distrito de Nova Lourdes, por onde se elegeu vereador e onde gozava de grande prestígio e amizade.

Requer-se, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa de sua esposa Senhora DORALINA LONGO MARTINI, e à Câmara de Vereadores daquele município na pessoa do Senhor Antônio Lorenzi Sobrinho, Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o ofício ao Secretário de Segurança Pública e ao Diretor da Polícia Civil, pedindo medidas urgentes e eficientes ao esclarecimento do caso do furto ao veículo e ameaça à segurança do Deputado Renato Bernardi, conforme o relato em anexo.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, manifestação deste Poder Legislativo, dirigido ao Governo da República da Polônia, protestando contra as restrições às liberdades democráticas e à organização livre das classes trabalhadores que estão

sendo aplicadas naquele País.

Requer, outrossim, que se dê ciência dessa manifestação ao Presidente da República, General João Baptista de Figueiredo, e ao Ministro das Relações Exteriores, Dr. Saraiva Guerreiro, encarecendo a necessidade de que nosso governo se manifeste em favor das classes trabalhadoras polonesas e de suas entidades representativas.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

A luta pela democracia no mundo é a única força capaz de promover o efetivo desenvolvimento político, econômico e social, e de combater a divisão hegemônica do mundo entre as superpotências; bem como eliminar a dependência nacional dos povos e nações que se vêm pressionados ao alinhamento com as facções e blocos político-militares imperialistas no mundo.

O povo brasileiro tem acompanhado a longa e difícil luta do bravo povo da Polônia para a afirmação de sua independência interna e externa. No plano interno, enfrentando a tecnoburocracia civil e militar que pretende dirigir o país e representá-lo, acima dos interesses das classes trabalhadoras e do conjunto de seus produtores. No plano externo para acabar com a tutela estrangeira, especialmente a soviética, e realizar uma política de neutralidade entre os blocos militares da OTAN e do Pacto de Varsóvia, em busca da paz e do progresso.

Essa luta de um país capitalista dependente, como a Polônia, embora sob a aparência de uma república socialista, sob a direção do proletariado, tem muita semelhança com a luta travada por países dependentes como o Brasil. E se ajusta à luta de libertação nacional da maioria dos povos da América Latina, Ásia e África, que estão sendo sufocados e constantemente ameaçados em sua identidade nacional e aspirações de progresso e bem-estar.

É preciso que todos aqueles que postulam a democracia como condição fundamental para a afirmação das classes sociais e sua ascensão política, manifestem seu repúdio aos atos de força de minorias políticas e econômicas, contra a maioria do povo que constitui a nação viva.

Apesar das diferenças em termos de algumas conquistas sociais, entre a Polônia e o Brasil, o que importa assinalar é que, algumas dessas conquistas do povo polonês, estão sendo mais ameaçadas do que nunca e se registra um retrocesso nas possibilidades de que os trabalhadores poloneses participem e decidam no governo sobre seu próprio destino.

Não conseguimos atingir o padrão polonês de distribuição de bens e serviços econômicos, sociais e culturais, porém enfrentamos o mesmo tipo de regime de exceção, de tutela e de opressão que hoje se manifesta naquela nação amiga.

É perfeitamente justificável que somemos nossa voz à dos trabalhadores de todo o mundo, contra a mistificação política de sua representação no governo por elites técnicas e burocráticas. E o episódio recente da Polônia nos mostra claramente essa situação intolerável.

#### Projeto de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 175/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Comendador Giafranco Bertoni.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Comendador Giafranco Bertoni é por demais conhecido na comunidade paranaense e curitibana, sendo que, esta Capital concedeu-lhe o Título de Cidadão Honorário de Curi-

tiba, pelos relevantes serviços prestados não só ao estreitamento dos laços que unem brasileiros e italianos, mas, sobretudo, em virtude das ações voltadas às áreas da cultura, do comércio, da indústria e da sociedade paranaense.

Anexo ao presente se encontram os dados biográficos da ilustre personalidade que desejamos homenagear, contendo uma síntese dos principais dados relacionados àquelas atividades, o que comprova a justeza da medida que ora propomos, que nada mais irá retratar senão o reconhecimento da comunidade paranaense para com um dos seus mais dignos integrantes.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Como a ata é um relatório sucinto do que se realiza na sessão, eu quero deixar registrado hoje o procedimento da sessão de ontem quando nós presidimos a Mesa e foi comentado da parcialidade do Presidente em decisão da Mesa.

Sr. Presidente, eu sei que muitas vezes a Presidência da Mesa tem sido liberal, desde que não prejudique o andamento dos trabalhos da Casa. Uma vez que um dos Srs. Deputados se julga prejudicado e pede o cumprimento do regimento, somos obrigados assim a agir e quando ocupamos a Presidência da Casa, como Vossa Excelência tem feito, não visamos aí o interesse de partido e deixamos de lado a nossa condição de político que pertencesse a esse ou aquele partido. Mas, sim à presidência da Casa e que tenha um bom andamento.

E lamentamos o ocorrido na data de ontem, quando o Segundo Secretário deixou a Segunda Secretaria, sendo obrigado a suspender os trabalhos para compor a Mesa.

Foi levantada uma questão de ordem pelo nobre Deputado, que eu muito considero, o Deputado José Tavares e que é um direito de levantar qualquer questão de ordem os Srs. Deputados, mas, não podemos concordar com a atitude do Segundo Secretário pelo ontem ocorrido e para deixar registrado é que nós levantamos esta questão de ordem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo orador inscrito para o Pequeno Expediente, para o Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados.

Ontem nós estivemos nesta tribuna denunciando a ação criminosa e nefasta de pistoleiros ligados a duas quadrilhas de puxadores de caminhões, contrabandistas de café e ladrões de café na região de Nova Esperança, Atalaia, Alto Paraná e Paranavaí. Com ramificações em todo norte do Estado. Com ramificações no Mato Grosso do Sul e provavelmente com base de atuação na República do Paraguai.

Relatávamos naquela oportunidade Srs. Deputados, o duplo assassinato do Senhor Valdir Boni, falecido em 15 de janeiro de 1981 e de seu pai, Ermínio Boni, assassinado na sexta-feira passada, dia 11 de dezembro de 1981.

Lembrávamos, também, Sr. Presidente, que estes pistoleiros estavam agindo com a total cobertura e retaguarda da polícia civil de Alto Paraná, representada pelo sargento reformado, titular daquela delegacia. Que por muitas e muitas vezes usando de sua posição de delegado, ameaçava, chantageava e fazia negócios compartilhadamente com estes quadrilheiros.

Quando estivemos em Alto Paraná, por ocasião do enterro do assassinado Ermínio Boni, recebíamos a recomendação da própria família que não mexêssemos com o assunto, pois o pessoal era da pesada e não iria deixar a situação daquele jeito.

E curiosamente Srs. Deputados, numa cidade do porte de Alto Paraná, ninguém sabia o nome daquele delegado, porque,

temia dar o nome, temendo conseqüentemente as represálias devidas.

Em função do nosso mandato parlamentar viemos para esta tribuna e registramos o acontecimento. E dizíamos naquela oportunidade, que falar em segurança pública, com o atual Secretário de Segurança Pública, com o Chefe da Polícia Civil, era no mínimo, perda de tempo. E as ameaças e advertências que tínhamos recebido, lá do interior do Estado, finalmente, Sr. Presidente, se concretizaram e se materializaram de uma forma muito clara de intimidação, quando, hoje pela manhã, no pátio de estacionamento do prédio onde resido, o meu carro foi arrebatado, foram roubados os documentos pessoais e do carro, e foi roubado um rádio que não tem qualquer valor comercial, pelo seu estado de estrago normal.

Mas, ao lado deste veículo haviam diversos outros veículos de condôminos do mesmo prédio, alguns com equipamentos de som de altíssimo valor comercial, alguns com toca-fitas descartáveis, com facilidade para serem abertos os carros.

Entretanto, como uma ameaça, e como uma prova de que eles estavam desejando calar uma voz que se pôs a denunciar todos os desmandos dessa quadrilha do Noroeste do Estado, exatamente foi o meu veículo que eles quiseram.

Ligando, portanto, as ameaças, às advertências e às tentativas de intimidação do interior, retornei a Curitiba, Sr. Presidente, na segunda-feira, e não usei desta tribuna na segunda-feira, não usei na terça-feira, na quarta-feira, vim a usar esta tribuna apenas na quinta-feira, exatamente na noite de quinta-feira para sexta-feira, esses marginais desclassificados tentaram calar a minha voz e tentaram intimidar mais um neste Estado.

Entretanto, Srs. Deputados, através da Chefia deste Poder, através da Liderança da Bancada do meu Partido, através da Presidência do meu Partido, estou a exigir soluções e providências deste órgão que está gerando por sua convivência, por sua omissão, um verdadeiro clima de pânico, de terror, de intranquilidade e de insegurança no meio do Paraná.

Podem ter certeza aquelas pessoas que estejam ligadas, seja à quadrilha de Riato, seja à quadrilha de Franquet, seja a qualquer quadrilha, resguardados e retaguardados por esta ou por aquela autoridade policial, por este ou por aquele ocupante de cargo oficial na administração estadual, estejam eles certos que eu tudo farei para não ter o mesmo destino de Valdir Boni, de Ermínio Boni, e de tantos outros cadáveres que rolarão Rio Paraná abaixo.

Mas, não serão essas tentativas de intimidação que me obrigarão a calar a minha voz. Vou para o interior, Sr. Presidente, sabendo que podem tentar, inclusive, fazer com a minha família o que fizeram com diversas famílias de Nova Esperança e de Alto Paraná. Podem fazer. Não é qualquer tentativa de auto-promoção. Não é qualquer tentativa de heroísmo vão.

Mas, garanto que o juramento que fiz ao assumir este mandato Parlamentar será cumprido até o fim, e de antemão, qualquer coisa que venha a suceder a este Parlamentar, será de inteira, única e total responsabilidade da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, que, se gera insegurança, que, se gera intranquilidade, que, se cria um clima de pânico, não pode, entretanto, conservar calada toda uma sociedade.

Quero agradecer, Sr. Presidente, as prontas medidas que Vossa Excelência tomou na manhã de hoje.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço e lamento interrompê-lo. Mas, solicitei este aparte para apresentar a Vossa Excelência nossa solidariedade pessoal e da bancada do PDS, nesse lamentável acidente. Embora não concordemos com algumas colocações que Vossa Excelência faz, a respeito da Secretaria de Segurança, mas repudiamos, com veemência o que lamentavelmente ocorreu com Vossa Excelência.

Entretanto — e Vossa Excelência sabe disso — que o Presidente da Casa, Deputado João Mansur, tomou todas as providências que podiam ser tomadas nesse caso. E Vossa Excelência, a sua digníssima família, esteja certo, estão neste instante, protegidos pela Secretaria de Segurança do Estado, por medidas tomadas por nosso Presidente que, mais uma vez, evidenciou as altas qualificações que tem para presidir esta Casa, vindo em defesa da integridade de um dos mais brilhantes membros deste Parlamento.

De resto, só temos a lamentar e reiterar a Vossa Excelência que estamos inteiramente solidários. Vossa Excelência conte com a nossa Bancada, neste episódio. O que Vossa Excelência precisar estaremos ao seu lado.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço as palavras de Vossa

Excelência e sei que retratam, fielmente, o pensamento da Bancada que Vossa Excelência lidera com tanto brilho. Porque sei também, Deputado Erondy Silvério, que toda e qualquer tentativa de intimidação que se faça a um membro deste Parlamento, quem está sendo atingido é o Parlamento Estadual do Paraná, toda a classe política e, mais do que isso, aqueles que têm a coragem de sair a público, expor o seu nome, a sua vida, exatamente na representação política.

Portanto, a Vossa Excelência os meus agradecimentos.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Renato Bernardi, não seria demais dizer nosso sentimento de solidariedade.

Por isso, vou atalhando, apenas para aderir o seu pronunciamento, mas, o raciocínio que acredito ser justo e oportuno, neste momento. Sabemos que o País atravessa seriíssimas dificuldades em termos de segurança pessoal. É, não só no Rio de Janeiro, como nos grandes centros, como São Paulo e Curitiba, onde a criminalidade gerada por outro crime, que é o crime social em que foi abandonada a população brasileira, que procura enveredar para a marginalização.

No entanto, o pior dos crimes, o pior dos perigos, é exatamente o crime acobertado. São exatamente os inúmeros casos de crimes, assassinatos, casos de violências, de crimes arquivados, insolúveis, que, realmente, têm ligações com autoridades.

Vossa Excelência em seu raciocínio, desenvolvido hoje da tribuna, realmente tem razão, parece ter razão. Como foram escolher exatamente o seu carro? Como foram escolher, exatamente o alvo certo? Tem, de fato, ligação o que Vossa Excelência tem dito.

E só fico aqui a lamentar de que é realmente preocupante a impunidade que existe, desde o caso de Antônio Heleno, e tantos outros casos que podíamos citar, neste Paraná afora. Como casos que já aconteceram com Deputados desta Casa, como incêndios que ocorreram e não foram solucionados, como ameaças com balas, material bélico do próprio Exército, das Forças Aéreas, aqui expostos nesta Tribuna, e um silêncio total e profundo após — não quero dizer que tudo isto seja originado de crimes acobertados, mas, gera muita dúvida e desconfiança e nós realmente perguntamos, pela competência desses crimes insolúveis, pela responsabilidade.

Eu me solidarizo com Vossa Excelência e gostaria apenas de ter acrescentado mais este raciocínio.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço a Vossa Excelência pela solidariedade e devo, Sr. Presidente, enfatizar a necessidade urgente de este Poder, através da sua força política, exigir, Sr. Presidente, uma providência enérgica e definitiva. Alto Paraná hoje é uma cidade totalmente tomada pelo pânico, totalmente intimidada, é uma cidade acéfala no tocante ao Poder Judiciário pois, a Juíza de Direito de Alto Paraná reside, com o seu esposo, em Paranavaí que, lá, é dono de um hospital; vai esporadicamente a Alto Paraná. É evidente que,

faltando a presença mais significativa e mais expressiva, do representante do Poder Judiciário, havendo um Delegado de Polícia mancomunado abertamente com uma quadrilha com atuação em toda a região, a cidade não pode estar tranqüila. É preciso que o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça veja que, uma Comarca de expressão de Alto Paraná, tendo três municípios na sua jurisdição, não pode ter o seu Titular, a sua Juíza de Direito residindo e cuidando da sua família, na cidade de Paranavaí que, por mais perto que seja, por maiores que sejam as facilidades de locomoção, não atende, entretanto, a regulamentação em vigor. É preciso, Sr. Presidente, que, tendo havido três mortos quase que consecutivamente naquela cidade, mortes com excesso de violência, seqüestro à plena luz do dia, com a polícia sempre chegando cinco minutos atrasada em cada lugar por onde os seqüestradores passavam, até o momento da execução final, Vossa Excelência há de entender que, o Sr. Secretário de Segurança Pública, ou então o Sr. Governador do Estado determinem o envio de um Delegado Especial, para aquela cidade. Vossas Excelências não de entender que, quando toda uma cidade é tomada pelo pânico, é preciso que se manifeste a presença da autoridade constituída, mas não da autoridade mancomunada, e aí estaria a grande prova e a grande demonstração das colocações do eminente Deputado Erondy Silvério, que entende não caber culpa direta aos titulares da Segurança Pública, mas, há uma peça defeituosa, há uma peça doente, há uma peça que tem que ser extirpada, mas, quando na cidade há a ausência do Judiciário, há a mancomunação da Segurança Pública, há a total omissão do Executivo Municipal, porque vê naquele Delegado um instrumento útil para a perpetuação do seu comando político, quando tudo isto acontece, quando um Ministro da Eucaristia é assassinado fria e brutalmente, arrancado do convívio da sua família, quando esses marginais passam por uma outra casa exatamente às 12:15 horas e perguntam onde está o cunhado da futura vítima, e, quando a filha diz que ele está no Mato Grosso, mas regressaria na segunda-feira, os marginais viram-se e dizem "não há pressa, voltaremos depois, pois, a vez dele também vai chegar". Quando aparece um Parlamentar no velório e, entre todos os presentes ninguém tem a coragem de dar o nome do Delegado de Polícia, é porque realmente um clima de pânico, de intimidação, de violência, tomou conta daquela região.

Mas, Sr. Presidente, mas, Srs. Parlamentares, não podem também, essas ameaças fazerem calar a voz daqueles que ocupam uma posição privilegiada na sociedade. Porque nós temos a inviolabilidade de nosso mandato, nós temos a imunidade do declarar a nossa opinião nesta tribuna e fora dela. E se mesmo assim, tentam calar esta voz, é preciso então, a presença firme e eficiente do Poder Executivo, nomeando um delegado especial e limpando a Delegacia de Polícia de Alto Paraná de cima em baixo. Levando num roldão, mancomunados e inocentes omissos e coniventes, para que haja uma nova força de segurança pública naquela cidade.

É preciso que o Presidente do Tribunal de Justiça, através das Corregedorias feitas pelo Interior, saiba que aquela comarca é ocupada titularmente, nominalmente, mas lá não existe a presença física constante e diuturna do titular do juizado de direito daquela cidade.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado eu serei breve, apenas para me solidarizar com Vossa Excelência, lamentar profundamente o que houve em Alto Paraná e o que aconteceu esta noite com Vossa Excelência e dizer que, quando um parlamentar, um homem que é eleito pelo povo para representá-lo, é agredido nesse direito, é ameaçado nas suas prerrogativas de denunciar as irregularidades em nome da segurança e da justiça de uma comunidade. É realmente, entristecedor. Vossa Excelência, Deputado combativo, Deputado idealista, um Deputado que leva com seriedade

o seu mandato, se vê hoje, na contingência de risco de vida. Porque se dispôs a ser o porta-voz de uma comunidade que o elegeu, diante de injustiças e de violências cometidas contra pessoas na cidade de Alto Paraná.

Agora, mais lamentável ainda, é a omissão do Diretor da Polícia Civil, quando diz a Vossa Excelência que não tinha nenhum conhecimento desses fatos ocorridos em Alto Paraná, profundamente lamentáveis. Um episódio entristecedor.

Hoje, quando Vossa Excelência me narra detalhes deste episódio, eu fiquei perplexo de ver tamanha brutalidade, tamanha violência numa comuna em plena luz do dia. E o que é mais triste, é que a autoridade policial, no caso um "calça-curta" que é uma figura esdrúxula que envergonha e macula a polícia, ter comportamento de conivência, de omissão com esses verdadeiros marginais que operam tranqüilamente em muitas das comunidades do Paraná.

Quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência tem a nossa solidariedade. Eu entendo que, o Presidente desse Poder, tomou todas as providências cabíveis e sei que deva continuar a tomar providências necessárias, para que Vossa Excelência possa desempenhar livremente o seu mandato. Este Deputado já passou por muitas experiências desta que Vossa Excelência está passando hoje, porque sempre se colocou do lado da justiça, do lado da verdade, combatendo a corrupção, combatendo a criminalidade e sei portanto quanto é difícil, viver o momento que Vossa Excelência está vivendo.

Meus parabéns, confie em Deus que nós estamos do lado de Vossa Excelência.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço o aparte e tenho a certeza, Deputado Tavares que Vossa Excelência sentiu isso na carne em função de uma atividade profissional que Vossa Excelência abraçou com idealismo. Sei que no mandato que Vossa Excelência exerce com tanta galhardia, com tanto idealismo e com muita dedicação, Vossa Excelência irá passar por circunstâncias que, espero, não venham logo, mas irá passar também por circunstâncias semelhantes.

Entretanto, Deputado Tavares, me parece uma coisa muito clara, é preciso não calar, é preciso a não fanfarronice, é preciso não a falsa coragem. Mas é preciso a dose de responsabilidade de saber que com o nosso mandato de Deputado, junto com as honrarias que ele representa, com a posição privilegiada na sociedade que ele significa, com o "status" que ele confere, é preciso também ter a disposição e a responsabilidade de aceitar os ônus, as cargas e os espinhos que ele vem a oferecer no seu exercício.

Agora, Deputado Tavares, vou sair, vou para o Interior. Vou passar pelo Norte Pioneiro, vou para Santo Antônio da Platina e daí vou para Maringá. Estou com a minha vida entregue a Deus, em primeiro lugar e à eficiência desta segurança pública que aí está. Seja portanto o que Deus quiser. Jamais gostaria, entretanto, de ser acusado de omissão ou conivente.

Tem o aparte, Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso — Deputado Renato Bernardi, o Líder de nossa bancada, Deputado Erondy Silvério, já hipotecou a solidariedade de toda a bancada e, como integrante dela, não havia a necessidade que eu reiterasse aqui esta mesma solidariedade, este sentimento fraterno até, que nos une a todos.

Mas acho que faz-se necessário o registro de minha palavra aqui, porque nas duas primeiras eleições, 70 e 74, fui o mais votado na cidade de Alto Paraná. Na última eleição, em 78, não fui o Deputado mais votado, conseqüentemente, não sou o representante oficial do Município, mas isto não quer dizer que desconheça os acontecimentos daquela cidade, da minha cidade de Nova Esperança, tão próxima de Alto Paraná, de Atalaia, particularmente, e destes acontecimentos todos que envolvem a segurança e a tranqüilidade daquela região.

Portanto, conhecedor como sou, inclusive, tendo um inte-

grante de minha família, um membro de minha família, sendo vítima fatal de tantas ocorrências lamentáveis registradas naquela região, especialmente em Nova Esperança, acontecimentos que foram e são de conhecimento das autoridades responsáveis aqui no Estado, porque o mundo inteiro sabia, quando solicitei a demissão do Delegado de Atalaia, há questão de meses, era o único que não sabia dos acontecimentos na cidade.

Mas também quero dizer a Vossa Excelência que por muito tempo eu pedi que fossem em determinados municípios daquela região, delegados especiais, mas, lamentavelmente, nenhum município teve a presença física do delegado nessa natureza. Mas, senhor Deputado, e agora que Vossa Excelência vai à tribuna e que fala da sua presença em Alto Paraná...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, pela ordem.

Nós dividiríamos o horário da liderança com mais uns minutos que necessário fossem para Renato Bernardi concluir, e os demais, entre os Deputados Gernote Kirinus e este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua com a palavra, por mais cinco minutos, o Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Basílio Zanusso — Serei breve, Senhor Presidente, Senhor Deputados.

Conhecedor que sou da ocorrência recente lá em Alto Paraná, que foi de uma violência indizível, um bárbaro crime cometido lá naquela cidade. Então sabendo, conhecendo até a vítima perfeitamente há longos anos e também entristecido com o fato, porque inclusive, amigo da família que lá reside há muitos anos, eu quero aqui agradecer a presença de Vossa Excelência, e levantar a sua voz, porque realmente é um problema que vem se arrastando de longos tempos, mas repito, especialmente, particularmente, tem Vossa Excelência toda a nossa solidariedade. O braço estendido, a mão estendida para juntamente com Vossa Excelência, erguermos a palavra, não do Deputado, mas deste Poder em defesa dos seus integrantes.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço a Vossa Excelência e devo Senhor Presidente dizer...

Tem o aparte, o Líder da nossa Bancada.

O Sr. Nelson Friedrich — Deputado Renato Bernardi, tudo que nesse instante está sendo dirigido a Vossa Excelência, por parte daqueles que querem intimidá-lo, aceite e tenha certeza de que está esta prática sendo dirigida a todos nós Parlamentares, especialmente a seus companheiros de Bancada e por isso nós estamos particularmente ao seu lado, solidários e também certos de que esta atitude vertical que Vossa Excelência está tendo, não caindo na indústria do medo que procuram cercá-lo, vindo novamente à tribuna, indo em cima de fatos quentes, traduzem bem da resistência e da firmeza de homens como Vossa Excelência, e que engrandecem as fileiras do Partido e a própria condução da Liderança dessa Bancada. Aceite essa solidariedade e nós inclusive estamos encaminhando também um pedido de providências, em nome da Bancada às autoridades competentes para que exatamente se evite isso, embora com um pouco até de tristeza, a gente vê que as providências não surgem, ou quando surgem, pode ocorrer o que nós vimos e há pouco nem acreditava, quando me diziam, num outro fato que gerou muita polêmica nesta Casa com o titular da Delegacia da cidade de Santa Helena no oeste do Paraná e depois de pedido até de CPI para apurar as irregularidades e corrupções, foi afastado aquele delegado. Mas aí, o dado triste é que me preocupa muito em termos de segurança do Estado do Paraná e Vossa Excelência, portanto, tem toda a razão, quando até generaliza e coloca as autoridades como ao menos, responsáveis indiretos pelos fatos diretos que ocorrem. Quando esse delegado de Santa Helena foi, na verdade, demovido do seu cargo, nós imaginávamos que ao menos a região poderia ficar tranqüila e o Estado. Mas qual a surpresa desagradável. Ele apenas foi transferido alguns metros de distância. Já é titular em Guaí-

ra. Troca-se de local, mas continuam as mesmas barbaridades.

Por isso o nosso apoio integral à sua atitude, ao seu comportamento, às suas denúncias, mas de outro lado, nosso ceticismo diante de atitudes que pudessem demover de uma vez por todas esses traços negros da vida do cidadão paranaense, que é a ausência de segurança.

Cumprimentos e aceite a nossa absoluta solidariedade.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço a demonstração inequívoca de solidariedade e de firmeza com que o Líder da nossa Bancada se manifesta nessa oportunidade publicamente, como anteriormente tinha se manifestado junto à administração nesta Casa, para que as providências fossem tomadas. Assim, Senhor Presidente, eu encerro as minhas palavras, certo de que é preciso que a sociedade civil saiba resistir. É preciso que saibamos todos cair sim, mas cair sem dobrar a espinha.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Nelson Friedrich, que tem cinco minutos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente e Senhores Deputados.

São tantas as aberrações que assistimos na Nação brasileira e tantas aquelas que temos a obrigação, como cidadãos, de intervir, que muitas vezes nos obrigamos a solicitar aos que nos procuram, um pouco de tempo. Entretanto, enquanto isto, dezenas e centenas de outros absurdos se repetem por todo o país. Absurdos que iniciam pela derrubada de árvores e acabam nas ameaças e atentado à liberdade dos cidadãos de expressarem sua vontade livre e soberana através do voto.

Temos aqui em mãos um dossiê, realizado por preservacionistas paranaenses, cujo conteúdo é no mínimo, estarrecedor. Estarrecedor e revoltante, à medida que constatamos, mais uma vez, o Governo implicado em irregularidades e interesses de empresas privadas.

Há pouco mais de dois anos o Parque do Marumby significou uma vitória e uma conquista da luta dos paranaenses pela preservação do meio ambiente, e uma das áreas mais importantes do Estado em termos de riquezas naturais. Entretanto, como era de se prever, além de o projeto de ampliação da área do parque da Serra do Mar ficar estacionado pelas gavetas, sequer o Parque do Marumby desapropriou os moradores da área.

Quando se trava a luta neste sentido, que é a única prova concreta de que a floresta será devolvida à natureza, deixando, assim, de sofrer a interferência do explorador, outra denúncia grave surge nos jornais.

A Associação de Defesa e Educação Ambiental, através do Vereador Adhail Sprenger Passos, do nosso partido em Curitiba, denuncia a concessão de alvarás de exploração em outra área de fundamental importância no Paraná. E, como se esperava também, estabeleceu-se a confusão da responsabilidade.

A empresa Madezatti, possuidora, segundo o ITC, de 50 mil, 820 hectares no Município de Guaraqueçaba, está a derrubar florestas centenárias — um dos últimos importantes redutos do verde do Paraná segundo especialistas — com a autorização do IBDF.

A região conhecida como Rio Pederneiras, que representa cerca de um terço da área total de Guaraqueçaba sofre, assim, uma delapidação de suas reservas naturais, com o aval daquele que deveria estar pronto e armado para frustrar todas as iniciativas agressoras. Entretanto, ao ser questionado, o próprio IBDF, revelando sua imemorial importância, confessa que autorizou a derrubada. E, assim como na Amazônia a sede do lucro imediato não tardará em transformar o pulmão do mundo num deserto, já existe um alerta no Paraná: o desmatamento feito pela Madezatti destruirá, através do assoreamento, o Porto de Paranaguá.



O alerta, precedido de um firme e veemente protesto do professor João José Bigarella, presidente da ADEN, vem seguido de explicações inaceitáveis por parte do ITC e do IBDF. Diz o primeiro que nada pode fazer, por tratar-se de questão que foge de sua alçada. E o IBDF, que entregou os pontos ao autorizar o desmatamento, que só tem a fiscalizar agora a ação legal, autorizada, parte de um projeto chamado de "restauração".

A mesma perplexidade que toma conta de todos nós, homens conscientes e patriotas deste país, ao testemunhar profundas contradições entre o dito e o feito em termos de abertura democrática, é a que nos avassala diante de tais absurdos, que contam com a implicação dos poderes públicos competentes, nas esferas estadual e federal.

Mas a perplexidade não pode ser motivo para o silêncio. É o que tem demonstrado os preservacionistas paranaenses, denunciando, protestando, divulgando estes crimes, e buscando aqui no pequeno espaço do parlamento, o eco para sua revolta justa.

Temos conosco uma documentação, composta de recortes de jornais, de parecer do ITC e os mais diversos pronunciamentos feitos pelas tais autoridades sobre a questão. E vamos à frente, em busca dos meandros desta história, pequeno exemplo dos crimes cometidos contra o meio ambiente paranaense, e que transformaram o Paraná, do Estado detentor das maiores florestas de araucária angustifolia do mundo, num grande deserto, com pequenos oásis, coberto em apenas 3% de sua área florestal original.

Muito mais poderíamos dizer aqui, Sr. Presidente, mas pedimos, além do requerimento, pedindo informações e reforçando essas denúncias, solicitamos que seja dado por lida toda a matéria que temos em mãos, especialmente para que se registre nos Anais o nosso protesto, o nosso desacordo, com mais este crime que se pratica contra a luta dos preservacionistas, no Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento no seguinte teor: (Lê)

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, no uso de suas atribuições, e ouvido o Plenário, REQUER o envio de pedido de informações e a tomada de providências imediatas para a apuração de denúncias de desmatamento que ocorre no Município de Guaraqueçaba, onde a empresa Madzatti, possuidora de mais de 50 mil hectares, obteve a autorização para exploração.

Segundo alertas de técnicos renomados do Paraná, a consequência do desmatamento será verificada em menos de 10 anos, quando a baía de Paranaguá estará inutilizada para os navios de grande porte.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1981.

a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Medidas urgentes precisam ser tomadas porque, pelas informações obtidas até o momento, o IBDF autorizou desmatamento nesta área acima citada, e que tem, segundo o professor João Bigarella, da Universidade Federal do Paraná, importância fundamental na garantia de condições ecológicas indispensáveis à Serra do Mar."

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Gemote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não é de hoje nem de ontem, mas de há muito tempo, desde que surgiu o intento de fazer a eletrificação rural no Paraná, que se trava a competição desenfreada entre uma empresa estatal, a COPEL e as cooperativas de eletrificação rural. E desde que se criaram estas cooperativas de eletrificação rural, e ao mesmo tempo em que se incentiva o financiamento para a eletrifi-

cação rural, esta tornou-se um grande negócio, principalmente para as empresas de espírito capitalista, montadas no espírito do lucro, na exploração do homem, que passou a chamar-se COPEL. Para exatamente amenizar este espírito e em obediência a diretrizes de Governo, meramente demagógicas, foram criadas as Cooperativas de Eletrificação Rural. Mas não demorou o confronto deste espírito capitalista da COPEL com o espírito cooperativista dessas cooperativas. Enquanto que uma procurava tirar o máximo de lucro para os seus cúmplices políticos e associados de capital, a outra se debate na concorrência desenfreada de colocar-se a serviço da população rural, oferecendo o mesmo trabalho, o mesmo serviço, por preços acessíveis e mais módicos. Mas quem sempre sofreu com essa concorrência desigual, entre cooperativa e COPEL, foi e continua sendo o agricultor, que deveria ser o objetivo último, que deveria ser o beneficiado.

Uma coisa sabemos, bem ou mal, o controle exercido nas cooperativas pelos seus associados, dificulta o acesso ao lucro excessivo dos compadres, tutores e políticos da empresa estatal. E talvez seja por isto, que perdeu-se o interesse nas cooperativas. Talvez seja por isto que se faz no Estado do Paraná, o verdadeiro massacre em cima das cooperativas de eletrificação rural. Talvez seja por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as cooperativas estão ameaçadas a serem varridas do mapa do Estado do Paraná. É nesta situação que se encontram hoje populações rurícolas, de Santa Helena, que já pagaram duas prestações de sua instalação de luz, feita por uma cooperativa. No entanto, a COPEL, por razões técnicas, cujo mérito não quero entrar neste momento, nega a ligação desta luz; nega o ligamento. Se o problema de fato é técnico e é um problema oriundo da cooperativa da eletrificação rural, gostaríamos de, nesse instante, invocar então a fiscalização do INCRA, órgão competente para punir irregularidades deste tipo. Se o problema for simples questão de concorrência, o apetite de lucro diante da COPEL que perdeu aquela região de Santa Helena, ali em União e Aparecidinha.

Então, queremos fazer o nosso apelo à coerência do Governador do Estado que tem se manifestado em inúmeras ocasiões através das diretrizes básicas de seu governo, se a meta é o homem e principalmente, prioritariamente, o homem rurícola.

Por isso queremos apelar à esses dois órgãos, como já apelamos à Secretaria de Agricultura, sem, no entanto, obtermos resultados positivos.

Certos estamos que não é justo que humildes agricultores paguem pelo que não devem, paguem pelo erro de terceiros, pela avareza de uma empresa capitalista chamada COPEL, que insiste em apagar do mapa do Paraná, como já disse, as cooperativas, seja pela demagogia de um Governo, que diz ser um homem rurícola a sua meta prioritária.

É neste sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que apelamos que medidas urgentes sejam tomadas e para que possa aquela população, de União e de Santa Helena, ter o seu merecido presente de Natal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — Declina.

Consulta à Liderança do PTB. — Declina.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, que usará o horário destinado à Liderança do PDS.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No dia 18 de dezembro, como esta sexta-feira, há exatos 35 anos o então interventor Manoel Ribas assinava o decreto-lei

que dava por criado um dos mais importantes órgãos da administração estadual paranaense.

Mais que um mero órgão público, um verdadeiro instrumento de trabalho em favor do povo do Paraná de todas as regiões.

Órgão que marcou presença nos momentos mais difíceis de muito agricultor, que marca presença nos dias atuais ao definir novos caminhos para o crescimento do Estado, que marcará presença sempre ao estar ininterruptamente preocupado em manter sempre em boas condições as nossas estradas.

Sim, prezados Pares, estou falando do Departamento de Estradas de Rodagem, o DER, de onde eu próprio saí para esta Casa.

Desde o momento de sua criação, o Departamento de Estradas de Rodagem tem sido um dos braços fortes a impulsionar o progresso do Estado, a impulsionar o crescimento de cidades, regiões inteiras.

Nos primeiros tempos, a duras penas, com uma estrutura ainda pequena, se fez presente junto aos desbravadores das terras paranaenses. Esteve presente abrindo caminhos novos para passar as primeiras safras; presente auxiliando prefeituras carentes de recursos técnicos e financeiros a manter estradas que davam vazão dos produtos locais.

Seu crescimento foi idêntico ao do Paraná, enquanto um crescia, o crescimento do outro dava-se na proporção direta.

O DER, pode-se afirmar com certeza, é parte integrante da própria História deste Estado. É página certa num relato que se faça dos últimos 35 anos de desenvolvimento paranaense. Mais que um simples executor de metas de governo, ele foi e continua sendo um instrumento importante de cotações sociais as mais expressivas.

Não um mero construtor de estradas - afinal elas têm uma vital importância num Estado de marcante vocação agrícola como o nosso, mas o DER tem sido fonte de novos empregos, gerados pela construção dessas estradas e outras obras, tem garantido o escoamento ininterrupto das nossas safras até os centros de comercialização ou exportação. Tem dado um retorno concreto, palpável, líquido, ao esforço daqueles trabalhadores da agricultura, ao trabalho daqueles que dia a dia cruzam o Estado transportando riquezas, alimentos, vestuário, etc.

Prolongar-se mais num discurso sobre o nosso Departamento de Estradas de Rodagem é voltar ao óbvio, ele foi, é e continuará sendo um dos mais importantes instrumentos de trabalho da administração pública estadual do Paraná - uma resposta aos anseios de todos nós, dependentes de canais, de vias de comunicação. O que mais poderia dizer, se não pedir que se registre em ata um voto de louvor ao órgão pela passagem de seu 35.º aniversário de criação.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela ordem) - Requeiro cha-

mada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - A Mesa defere.

(O Sr. 1.º Secretário procede à chamada nominal).

Responderam a chamada 38 Srs. Deputados.

Há "quorum" para votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 160/61, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 127/81), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional da Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por maioria. - Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, tão somente para avivar a memória da Casa, o que, inclusive, consta resumidamente da Ata de hoje, de que o PMDB, através da maioria de seus Deputados, votou favoravelmente à primeira parte do projeto, ao Artigo 1.º; e contrariamente, ao Artigo 2.º.

Portanto, o principal desse projeto teve voto no Artigo 1.º, por parte dos Deputados peemedebistas, por unanimidade.

O nosso desejo, aqui, é de registrar, com muita tristeza até, quando vemos, no dia de hoje, estampado, de maneira indecorosa, indecente, não retratando a realidade, de que o PMDB está negando água ao Paraná. Isso em primeira página de um dos jornais de Curitiba.

Lamentamos isso e não sabemos que razões podem mover alguém a produzir esse tipo de coisa.

Por esta razão, Sr. Presidente, é com tristeza que a gente se obriga a fazer um registro desses. Porque, me parece indecente esse tipo de colocação, primeiro, porque não retrata o que aconteceu no episódio lamentável de ontem, não retrata o que ocorreu na discussão da matéria, e não retrata a conclusão, ou seja, a votação procedida.

Esperamos, Sr. Presidente, em nome da dignidade da imprensa, da liberdade de opinião, da democracia e da seriedade que esta Casa merece, que, haja uma retificação. Jamais fizemos isto de público, mas nos obrigamos porque acima de tudo não somos nós que estamos fazendo a defesa, isso consta, Sr. Presidente, eis que estou com fotocópia da Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa correspondente ao dia 17 de dezembro de 1981, e, qualquer paranaense, manuseando esta Ata do dia de ontem, haverá de ter a verdade. Nós não queremos nada, Sr. Presidente, apenas, a verdade.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) - Encerrada a discussão. Em votação. - Aprovado.

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 161/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 129/81), que Revoga os incisos IX e X, do Art. 3.º, da Lei n.º 6364, de 29 de dezembro de 1972 (Lei Orgânica do ICM). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado.

3a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 164/81, de autoria do

PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 131/81), que cria a Carteira da Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário, institui o valor de Referência de Custas, e altera dispositivos da Lei n.º 6149, de 09 de dezembro de 1970, bem como adota outras providências. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— Aprovado, pelo Substitutivo Geral.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência defira e proceda a verificação de votação, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Responderam a chamada nominal 41 Srs. Deputados.

A Mesa procederá a verificação de votação do Projeto de Lei n.º 164/81, requerida pelo Sr. Deputado Nilton Friedrich.

(É procedida a verificação de votação)

29 Srs. Deputados aprovam; 8 Srs. Deputados rejeitam.  
—Aprovado pelo Substitutivo Geral.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 133/81), incluso no Anexo I, Grupo P-Profissional, da Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980, a categoria funcional de Assistente de Engenharia, padrão I, código P-18, com 8 (oito) cargos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 134/81), que transforma a gratificação de produtividade de que trata o Art. 1.º, da Lei n.º 6569, de 25 de junho de 1974, em de representação, para os Membros do Ministério Público, e, em consequência, passar para cinquenta por cento sobre o vencimento básico do cargo, a vantagem atribuída a esse título ao Procurador Geral da Justiça, pela Lei n.º 7443, de 29 de dezembro de 1980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 135/81), Reajusta com base no Salário Mínimo Regional, o valor das pensões concedidas às viúvas de ex-Deputados, conforme as Leis n.ºs 4763, de 5 de novembro de 1963 e 54/63, de 22 de novembro de 1963. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, e da C.R.H., por unanimidade.— COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação as Emendas n.ºs 1, 2 e 3.— Aprovadas.

Em votação o Substitutivo Geral.— Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 39/81) que dispõe sobre um novo Estatuto da Polícia Civil do Estado. Com Parecer FAVORÁVEL da COMISSÃO ESPECIAL, COM EMENDAS, por unanimidade.—

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, com o apoio do Sr. Deputado José Tavares, solicitando o adiamento por 4 (quatro) sessões, do Projeto de Lei Complementar n.º 37/81, constante da Ordem do Dia de hoje e o retorno do mesmo à Comissão Especial, para reestudo.— Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar a votação).

Ocupamos a tribuna, nesta oportunidade, para deixar a posição da bancada do nosso Partido com relação ao Projeto de Lei Complementar 37/81, que visa instituir o novo Estatuto da Polícia Civil do Paraná. Esse Deputado, na qualidade de membro da Comissão Especial que o analisou, e mais especificamente na condição de relator da matéria, subscreveu junto com o Deputado José Domingos, Presidente da referida Comissão, este requerimento que visa adiar a discussão e votação desta matéria por 4 sessões, tendo em vista muitas emendas que a Comissão Especial acolheu e que, segundo informações obtidas, ontem, muitas delas seriam rejeitadas por orientação do Governo do Estado do Paraná.

E, dentre as várias emendas que seriam rejeitadas, eu gostaria de destacar aqui, 5 delas. Uma que visa permitir aos presidentes das entidades de classe da Polícia Civil, a requerimento da Secretaria da Segurança Pública, a permanência exclusiva à disposição de sua entidade, sem prejuízo de vantagens e vencimentos do cargo de carreira que ocupe.

Esta emenda, é não só constitucional como oportuna, na medida em que dá ao presidente da entidade de classe, o direito de desatrelar da atividade pública que ele exerce e consequentemente, de desvincular, de um nível de hierarquia que ele naturalmente tem no exercício regular de sua função.

E, na medida em que ele preside uma entidade e ao mesmo tempo ocupa um cargo de relevância dentro da instituição policial civil, ele estará, queira ou não, atrelado à administração. E o representante classista, um presidente de uma entidade representativa de classe, não pode estar atrelado ao patrão e sim, estar atrelado à sua classe, estar atrelado aos companheiros que o elegeram para dirigir aquela entidade.

Por esta razão, para evitar que esta emenda de afogadilho seja rejeitada e a Polícia Civil, através das entidades que a representam, seja agredida nesse seu direito natural de representação, é que nós consentimos em, juntamente com o Deputado José Domingos, pedir o adiamento da discussão desta matéria.

Uma outra emenda que apresentamos e que a Comissão acolheu, no aspecto constitucional e no mérito, é que diz respeito ao artigo 295, § 1.º, do projeto original - que torna privativo de delegado de carreira de primeira classe, o cargo de Diretor da Divisão de Polícia Científica, sem querer aqui dizer que os nobres delegados de polícia dentre a sua classe não tenham condições de ocupar tal cargo. Não, absolutamente. Nós não somos contrários a que delegados de carreira venham a dirigir, como atualmente dirigem a Divisão de Polícia Científica. O que nós somos contrários é se privar, é tolher o direito de um médico legista, de um toxicologista, de um perito criminal, de um químico legal, enfim de um funcionário altamente categorizado e de carreira da comunidade científica da Polícia Civil vir amanhã a ocupar esse cargo.

Isso não é possível, diante da rigidez, diante da forma como este artigo fora redigido. Por esta razão, para evitar também que inúmeros funcionários categorizados, de nome, inclusive fora das nossas barreiras geográficas do Paraná, sejam tolhidos de amanhã pleitear a ocupação do cargo máximo da sua



Curitiba, sexta, 18/12/81.

carreira, que seria a Divisão de Polícia Científica, é que nós acolhemos e assinamos, juntamente com o Deputado José Domingos, o requerimento pedindo que se adie a discussão desta matéria.

Uma outra emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a que diz respeito talvez à maior aspiração dos delegados de polícia de carreira do Paraná, que é a privatização do cargo a ocupante do cargo de delegado de carreira.

Não é de hoje, inclusive é do meu tempo, que os delegados reivindicam tal posição. E nós sempre defendemos publicamente em todas as oportunidades a privatização do cargo. E agora que o cargo vai passar a denominar-se Delegado Geral de Polícia, nós não podemos, em sã consciência, conceber que possa amanhã um oficial da Polícia Militar vir a ocupar este cargo. Como também não podemos conceber que um Procurador de Justiça - contra o qual não temos nada - possa amanhã vir a ocupar um cargo de Delegado Geral de Polícia.

Isto não é possível, não é admissível, eu acho que inclusive há um flagrante desrespeito à classe dos delegados de polícia de carreira do Paraná.

Tratando-se de um assunto da mais alta relevância, uma reivindicação antiga da Polícia Civil, é que nós, para evitarmos que esta emenda fosse rejeitada, concordamos em adiar a discussão desta matéria para o início da próxima legislatura.

Uma outra emenda, Sr. Presidente, não sei porque o Executivo manifestou contrariedade à mesma.

Porque o que nós quisemos com esta emenda, a Emenda de número 32, é dar ao Poder Executivo, se o quiser, o poder para extinguir a carreira de perito policial, que é uma figura que, no nosso entendimento, não deveria nem ter sido criada.

Se existe o perito criminal, para que perito policial? Como também não entendemos por que motorista policial, sendo que faz as vezes do agente de segurança?

Em síntese, existem algumas anomalias na organização policial do Paraná, e que agora é hora oportuna para se discutir e tentar corrigir estas distorções.

Por conseguinte, quando nós, através deste Plenário, queremos dar ao Poder Executivo a faculdade, o poder, se o quiser, de extinguir essa carreira, não vejo porque razão rejeitar uma emenda desta natureza.

E a outra emenda, que seria a quinta e a última dentre as várias emendas que seriam rejeitadas, eu elegi aqui as cinco principais emendas, esta é o fim da picada.

Se fosse rejeitada uma emenda como esta que vou fazer alusão agora, não sei realmente o que é que nós estamos fazendo aqui.

É uma emenda que visa assegurar, aos policiais, vítimas de acidentes de trabalho, àqueles policiais que são violentados em sua integridade física, quando em serviço, o direito de percepção de uma aposentadoria integral, com todas as vantagens inerentes ao cargo, como se estivessem na ativa.

Porque não é possível que nós continuemos a assistir uma série de policiais, delegados, agentes, escrivães, detetives, não importa o cargo, que venham a ser vítimas de acidentes, alguns com debilidade permanente inclusive, não percebiam o mesmo salário como se estivessem em exercício.

Que culpa tem o policial de, no cumprimento de seu dever, ter tomado um tiro, ter sido agredido na sua integridade física que o incapacitou permanentemente para o trabalho?

Não é possível que uma emenda dentro deste espírito, e que fora acolhida por unanimidade, pela Comissão Especial que a analisou, seja rejeitada pelo Plenário.

Para evitar que medidas justas, necessárias, oportunas

como esta, sejam rejeitadas, é que este Deputado, juntamente com os Deputados Gabriel Sampaio e José Domingos, entendemos adiar a votação desta importante matéria que, sem ser uma grande, velha aspiração da classe policial civil para a legislatura seguinte, para que possamos, oxalá, até lá, contar com a simpatia, o beneplácito das autoridades governamentais, visando corrigir estas injustiças.

Era este o posicionamento de nossa bancada diante deste assunto importante e sério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS (Para encaminhar). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Realmente nos empenhamos, dentro da Comissão Especial de Estudos do Estatuto da Polícia Civil, o máximo, no sentido de darmos à classe, aquilo que ela realmente aspira.

Desde o momento em que a mensagem governamental chegou a esta Casa, procuramos analisá-la, procuramos ouvir elementos da Polícia Civil, auscultar opiniões, receber informações.

E quando da montagem da Comissão Especial, em que tivemos a honra da indicação de nosso nome à Presidência, procuramos fazer um trabalho aberto, franco e leal; tanto é que concordamos, dentro da Comissão, na indicação de relator de um partido de Oposição, o Deputado José Tavares.

Usamos de um espírito altamente democrático, em todo o tempo, dentro desta matéria. Tanto é que aguardamos o retorno do Deputado Tavares, de uma viagem que fez ao exterior, para que ele, homem afeito às lides da Polícia, pudesse acompanhar conosco o Estatuto da Polícia Civil.

Com o Deputado Tavares em Curitiba, com a indicação dos Deputados Gabriel Sampaio e Nelson Buffara, de nossa bancada e do Deputado Lineu Turra, da bancada do PMDB, realizamos inúmeras sessões.

Sessões com a presença de representantes das diferentes entidades de classe da Polícia Civil, da Associação de Delegados, Associação de Escrivães, Associação de Criminalística, e também da união da Polícia Civil, contando em determinadas oportunidades, inclusive, com delegados de Polícia, com escrivães, com pessoas interessadas diretamente na matéria.

E diante às exposições que nos foram apresentadas, elaboramos juntamente com outros Deputados membros da Comissão e Deputados desta Casa, várias emendas, que aprovamos quando da discussão do parecer do Deputado José Tavares.

Discutimos, concordamos, votamos favoravelmente ao parecer do Deputado Tavares, porque entendemos que as emendas apresentadas são altamente importantes para o aprimoramento da mensagem governamental, e fomos também fazer contatos com Secretários de Estado, para buscarmos uma melhoria da situação, principalmente dos agentes e escrivães.

Sabemos que não conseguimos aquilo que era o objetivo de agentes e escrivães.

Sabemos que não conseguimos o objetivo de agentes e escrivães, mas algo foi conseguido, muita coisa foi melhorada e será melhorada com este Estatuto.

No entanto, as emendas, repito e insisto, são importantes e devem ser apreciadas com muito cuidado e com muita

atenção, e ontem nós sentimos existir de parte da bancada do nosso Partido, algumas opiniões contrárias a determinadas emendas.

Sentimos que o clima para a aprovação do Estatuto seria um clima de afogadilho e nós não teríamos condição e tempo hábil para a aprovação da matéria, totalmente, porque não poderia ser aprovada a matéria, em Redação Final, uma vez que o nosso período extraordinário está por encerrar.

Então, ontem à noite, ao final da sessão, por volta das 20:00 horas, nos reunimos com os Deputados José Tavares e Gabriel Sampaio, quando trocamos idéias em torno do caminho a ser seguido para que a classe policial não fosse prejudicada, e nós tivéssemos tempo de conservarmos, de dialogarmos, inclusive com o Governo do Estado, a respeito do Estatuto e a solução encontrada foi no sentido de apresentarmos um requerimento para a retirada da matéria, e este requerimento, ainda ontem elaboramos, e hoje, contamos com o apoio da assinatura do Deputado José Tavares.

Já no início da tarde de hoje, conversamos e dialogamos com a classe policial e expusemos a situação e os policiais entenderam que este é o melhor caminho.

O compromisso que queremos assumir neste momento, e nesta hora, é de continuarmos firmes nas posições anteriores adotadas, de apoiarmos totalmente as emendas apresentadas em nossa Comissão, principalmente a emenda da privatividade do cargo de Diretor da Polícia Civil, que vai passar para uma nova denominação, a de Delegado Especial, no próximo ano.

Nós iremos com a emenda da Comissão, porque entendemos que a Polícia deve ser comandada por um delegado de polícia, como também entendemos que o delegado de polícia, perfeitamente, pode continuar dando as suas aulas, prestando o seu relevante serviço no magistério.

Enfim, entendemos que as emendas apresentadas devem ser observadas com carinho e com atenção e, nestes dois meses que teremos para a volta da matéria a plenário, iremos manter contatos no sentido de que realmente o Estatuto da Polícia Civil não venha a ser apenas um documento de obrigações e deveres, mas que também seja um documento de direitos da classe policial civil, porque a Polícia Civil mais do que nunca, precisa ser apoiada.

Os homens decentes e de bem que estão na Polícia Civil, precisam a compreensão e apoio do povo paranaense, e nós que aqui estamos a representar parcela do povo do Paraná, não podemos deixar de lado a nossa Polícia Civil, porque de uma forma ou de outra, ainda é o resguardo para a nossa segurança.

Então nós esperamos que no mês de março, quando a matéria voltará a ser apreciada, possamos apreciar, aprovar o Estatuto naquilo que a classe policial do nosso Estado, espera.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

Aprovado.

Retirado, portanto, da Ordem do Dia, o Projeto de Lei Complementar n.º 37/81.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Van Der Laars, ocorrido em data de hoje, na Cidade de Irati.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Máximo Debarba Martini, ocorrido no dia 16 de dezembro do corrente ano, no Município de São João.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Miguel Sguarezi, ocorrido na Cidade de Nova Esperança.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Mário Andrade Saporiti, Vice-Presidente e Diretor no Paraná do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando pedido de informações, ao Secretário de Transportes, sobre a remessa de 5.200 sacas de cimento à Prefeitura de Carlópolis.— Aprovado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É feita a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 9 Srs. Deputados. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, às 09,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL: dos Projetos de Resolução nºs 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114 e 116/81.  
E de Lei nºs 160, 161, 164, 165, 166 e 169/81.

Levanta-se a sessão.